



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2907, DE 2024

Estabelece o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

**AUTORIA:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE)



[Página da matéria](#)

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Estabelece o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

## Capítulo I – Disposições Preliminares

**Art. 1º** Esta Lei tem por objetivo instituir o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL), por meio de Certificados de Energia Renovável (CER), visando assegurar e promover o uso de energia proveniente de fontes renováveis, garantir transparência e confiabilidade para os consumidores e incentivar a produção e o consumo sustentáveis de energia no país.

**Art. 2º** São princípios do SNCEL:

I – Transparência: Todas as informações relativas à geração, emissão, comercialização e resgate de Certificados de Energia Renovável (CERs) devem ser acessíveis e claras para todas as partes;

II – Rastreabilidade: O SNCEL deve garantir a capacidade de rastrear cada CER desde sua emissão até seu resgate ou cancelamento, assegurando que cada certificado seja único e não seja duplicadamente contabilizado ou utilizado;

III – Integridade e Veracidade: O sistema deve prever mecanismos que assegurem a verificação da precisão e da confiabilidade dos dados e informações contidos nos CERs, e a auditoria para fins de validação da origem renovável da energia e a correção das informações registradas;

IV – Eficiência e Acessibilidade: O sistema deve ser projetado para ser eficiente em termos de custos e operações, além de ser acessível para



diversos participantes do mercado, desde grandes geradores de energia até consumidores individuais;

V – Sustentabilidade: O sistema deve promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social, incentivando o uso e a produção de energia a partir de fontes renováveis, contribuindo assim para a redução de emissões de gases de efeito estufa;

VI – Inovação e Melhoria Contínua: O SNCEL deve incentivar a inovação e adotar práticas de melhoria contínua para aumentar sua eficácia e responder às necessidades que surgem do mercado e da sociedade.

## Capítulo II – Do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL)

**Art. 3º** O SNCEL será responsável por emitir, registrar, monitorar e validar os certificados de energia limpa, denominados Certificados de Energia Renovável (CERs).

**Art. 4º** Cada CER será emitido para representar uma quantidade específica de energia, mensurada em megawatt-hora (MWh), produzida exclusivamente a partir de fontes renováveis.

§1º O CER incluirá as seguintes informações:

I – Identificação clara da fonte renovável utilizada, como energia solar, eólica, hidráulica, biomassa, entre outras;

II – Registro preciso do período em que a energia foi gerada, assegurando a relevância temporal do CER;

III – Descrição da tecnologia empregada na produção da energia, incluindo especificações técnicas relevantes que evidenciem a eficiência e a sustentabilidade do processo;

IV – Localização da Fonte Produtora: Informação detalhada sobre a localização geográfica da instalação que gerou a energia, incluindo coordenadas precisas quando aplicável.

§2º Serão objeto de auditoria os seguintes dados:



I – Metodologia de Cálculo utilizado na CER, assegurando que os critérios sejam consistentes, replicáveis e alinhados com padrões internacionais;

II – Procedimentos que garantam a verificação e a auditoria regular dos dados e informações contidos no CER, promovendo a credibilidade e a confiabilidade do certificado.

### Capítulo III – Da Emissão e Comercialização de CERs

**Art. 5º** A emissão de CERs será realizada exclusivamente pelo Sistema SNCEL.

*Parágrafo único.* O SNCEL avaliará cada solicitação de emissão de CER, por meio de procedimento administrativo, garantindo que apenas a energia genuinamente limpa e renovável seja certificada, na forma do regulamento.

**Art. 6º** Os CERs poderão ser negociados na forma de regulamento, permitindo-se que empresas e consumidores adquiram certificados que comprovem o consumo de energia limpa, a fim de atender requisitos de responsabilidade ambiental e benefícios fiscais ou créditos em programas de sustentabilidade governamentais.

§1º Os CERs poderão ser utilizados para descontos em tarifas de energia, na forma do regulamento.

§2º O sistema de rastreamento deverá assegurar aos adquirentes a autenticidade e a unicidade dos Certificados.

**Art. 7º.** A União poderá designar empresa pública ou sociedade de economia mista para a administração, implementação e gestão do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL).

§1º. A empresa pública ou sociedade de economia mista poderá estabelecer parcerias e convênios com outras entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para o melhor cumprimento de suas atribuições no contexto do SNCEL.



§2º. Os custos associados à administração do SNCEL serão cobertos por taxas de serviço específicas, cujos valores e métodos de cobrança serão definidos em regulamentação próprio, assegurando a justa remuneração pelos serviços prestados e a sustentabilidade financeira do sistema.

§3º No exercício de suas funções relativas ao SNCEL, a empresa pública ou sociedade de economia mista, designada pela União nos moldes do art. 7º, poderá:

- I. coordenar o processo de emissão, registro, monitoramento, validação e auditoria dos Certificados de Energia Renovável (CERs).
- II. estabelecer diretrizes e regulamentos técnicos necessários para a operacionalização e integridade do SNCEL, garantindo a aderência às melhores práticas e padrões internacionais;
- III. promover a transparência e disponibilizar informações relevantes relacionadas aos CERs para o público, investidores, reguladores e demais partes interessadas;
- IV. assegurar a conformidade e a fiscalização das atividades relacionadas ao SNCEL, aplicando medidas corretivas e sancionatórias quando necessário; e
- V. integrar o SNCEL com outros sistemas e plataformas de gestão de energia e sustentabilidade ambiental, visando a sinergia e eficiência na promoção da energia limpa.

#### Capítulo IV – Do Monitoramento e Fiscalização

**Art. 8º.** O SNCEL realizará monitoramento contínuo e auditorias periódicas nos produtores de energia renovável para garantir a conformidade com os padrões estabelecidos, na forma do regulamento.

**Art. 9º.** As informações pertinentes ao sistema serão publicadas em um portal dedicado na rede mundial de computadores. Esta plataforma online deverá oferecer acesso irrestrito às seguintes informações:

I – Dados detalhados sobre a emissão, comercialização e resgate de CERs, incluindo quantidades, datas, tipos de fontes de energia renovável utilizadas e localização das unidades geradoras;



II – Relatórios periódicos e atualizações sobre o progresso e a efetividade do SNCEL, incluindo estatísticas agregadas e análises do impacto do sistema no fomento à energia renovável no Brasil;

III – Normativas, regulamentos e procedimentos operacionais do SNCEL, assegurando total transparência sobre as regras e diretrizes que regem o sistema;

IV – Canais de comunicação e interação para o esclarecimento de dúvidas, recebimento de feedback e fomento à participação pública no processo contínuo de melhoria do sistema.

**Art. 10.** São consideradas infrações ao Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL) as seguintes condutas:

I – Emitir CERs que não correspondam à real produção de energia renovável ou que contenham dados falsificados.

Multa de 10 a 20 vezes o valor de mercado dos certificados envolvidos na infração;

II – Vender ou transferir um mesmo CER para mais de um comprador ou a reivindicação múltipla dos benefícios de um único CER.

Multa de 5 a 15 vezes o valor de mercado do certificado duplicadamente comercializado;

III – Alterar, forjar ou omitir informações essenciais nos CERs ou nos registros relacionados.

Multa de 10 a 20 vezes o valor de mercado dos certificados afetados pela informação inverídica;

IV – Não atender os procedimentos de verificação e auditoria determinados pelo SNCEL.

Multa: 2 a 10 vezes o valor de mercado dos certificados auditados de maneira inadequada;



V – Impedir ou dificultar a fiscalização por parte das autoridades competentes.

Multa: 5 a 15 vezes o valor de mercado dos certificados que estavam sob investigação no momento da obstrução;

VI – Empregar certificados para propósitos não autorizados ou em desacordo com os objetivos do SNCEL.

Multa: 3 a 10 vezes o valor de mercado dos certificados utilizados indevidamente;

VII – Participar na compra ou venda de CERs fora dos canais aprovados ou em violação às normas estipuladas.

Multa: 4 a 12 vezes o valor de mercado dos certificados comercializados irregularmente.

**Art. 11.** O art. 9º da Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

.....

§ 1º .....

.....

V-implementar e gerir o Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL);

.....

..... (NR).”

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei proposto para a instituição do Sistema Nacional de Certificação de Energia Limpa (SNCEL) destaca-se como uma iniciativa essencial para promover o uso de energia proveniente de fontes renováveis no país. Ao priorizar a transparência, rastreabilidade, integridade, eficiência, acessibilidade, sustentabilidade, inovação e melhoria contínua, o projeto estabelece uma base sólida para assegurar e fomentar um ambiente energético sustentável. Isso não apenas beneficia o meio ambiente, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, mas também oferece vantagens econômicas e sociais significativas.

A transparência e a rastreabilidade garantidas pelo SNCEL permitem que todos os envolvidos - de grandes produtores a consumidores individuais - tenham acesso a informações claras e confiáveis sobre a origem da energia, promovendo uma maior confiança no mercado de energia limpa. A integridade e veracidade dos dados são asseguradas por meio de mecanismos robustos de verificação e auditoria, cruciais para a credibilidade e eficácia do sistema. Ao mesmo tempo, o projeto visa a eficiência operacional e a acessibilidade, facilitando a participação de uma ampla gama de agentes do mercado e incentivando a inovação e a melhoria contínua para atender às demandas que emergem da sociedade e do mercado.

Além disso, o SNCEL enfatiza a importância da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incentivando práticas que promovem o uso eficiente de recursos e minimizam o impacto ambiental. A estrutura proposta para o monitoramento e fiscalização do sistema garante que os padrões estabelecidos sejam mantidos, reforçando a confiança dos participantes e demonstrando um compromisso sério com a manutenção da integridade do sistema.

Os benefícios econômicos e sociais do projeto são evidentes, pois facilita a comercialização de Certificados de Energia Renovável (CERs), permitindo que empresas e consumidores não apenas demonstrem seu compromisso com a sustentabilidade, mas também se beneficiem de incentivos fiscais ou descontos em tarifas de energia. Isso promove práticas empresariais responsáveis e incentiva a adoção de energia limpa em toda a sociedade.

Portanto, a proposta de criação do SNCEL representa um avanço significativo na direção de uma matriz energética mais limpa e sustentável no





Brasil. O projeto de lei não apenas alinha os interesses econômicos com os ambientais, mas também estabelece um marco regulatório robusto para a certificação de energia limpa, reforçando o compromisso do país com o combate às mudanças climáticas e promovendo uma transição energética sustentável e responsável.

Diante da relevância da presente proposição, contamos com o apoio dos Parlamentares para a urgente apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO DUEIRE



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 14.182, de 12 de Julho de 2021 - Lei de Privatização da Eletrobras (2021) - 14182/21

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14182>

- art9